

Discurso proferido pelo Deputado
GERALDO RESENDE (PMDB-MS),
em sessão no dia 17/11/2009.

**OBRIGATORIEDADE DE DIPLOMA PARA JORNALISTA:
SALVAGUARDANDO A ÉTICA E RESPEITANDO O
ESFORÇO ACADÊMICO**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Na semana passada, a Proposta de Emenda Constitucional número 386 de 2009 (PEC 386/09), que determina a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de Jornalista, recebeu parecer favorável pela admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. A proposta do

deputado Paulo Pimenta, do PT gaúcho, deve seguir para uma Comissão Especial para análise e seguir os tramites legislativos.

Agora, o papel dos membros da Frente Parlamentar em Defesa do Diploma de Jornalista, dentre os quais faço parte, devem se mobilizar para que, a criação desta Comissão Especial, seja formada, de maneira célere, para reverter a decisão do Supremo Tribunal Federal que desobriga este profissional da comunicação, a ter uma graduação específica.

Ao se argumentar sobre a liberdade de expressão, lembro que nos jornais já existem espaços para o livre debate de idéias por qualquer cidadão, seja qual for sua formação acadêmica, por meio dos articulistas, seções de opinião, cartas dos leitores, dentre outros.

Neste momento, o que os deputados e deputadas deste parlamento estão fazendo, capitaneados pela

deputada Rebecca Garcia (PP-AM), é responder a uma demanda da classe e se antecipando a uma futura cobrança de toda a sociedade. Quando exigimos a referida capacitação, não queremos atirar na vala do desemprego, os antigos jornalistas, que construíram a bela história do jornalismo brasileiro e não possuem diploma, mas sim estabelecer regras claras para o exercício da profissão.

Ao me referir à pressão popular pela aprovação da PEC 386/09, prevejo que esta mobilização se iniciara pela própria classe política, pois com a possibilidade da criação de veículos de comunicação, sem comprometimento acadêmico ético, que, por vezes, servem como instrumento de chantagens a autoridades para receber favores financeiros, toda sociedade vai reclamar algum tipo de regulamentação da profissão.

Em se tratando do profissional graduado, acredito que, apesar de todos os avanços que ocorreram na Educação Superior Pública nos últimos anos, que dobrou as vagas para os acadêmicos no atual governo, além de projetos de financiamento aos alunos em escolas particulares, ainda menos de 10% da população brasileira está tendo acesso ao banco de uma faculdade, somado a isso, quando se desvaloriza a formação acadêmica os resultados são: ora a desmotivação do futuro estudante, ora a frustração de quem lutou para um dia ter um curso de graduação superior no currículo.

Para encerrar, acredito ser um retrocesso desabilitar uma capacitação, tendo em vista um futuro que se avizinha marcado pela competitividade profissional, que, cada vez mais exige aperfeiçoamento e a busca pelo conhecimento de excelência.

Certo também de que o Supremo Tribunal Federal entenderá as motivações e os claros objetivos da PEC 386/2009, acredito que em breve, além de termos os melhores profissionais da imprensa no mundo, teremos também a continuidade deste belo trabalho garantida pelas Instituições de Ensino Superior e pelos cursos de graduação em Jornalismo.

Muito obrigado pela atenção.

Geraldo Resende

Deputado federal (PMDB/MS)